



Ao lado da ministra Miriam Belchior e do secretário do Tesouro, Arno Augustin, Mantega anuncia as projeções otimistas do governo para a economia em 2015

Sonia Filgueiras
sonia.filgueiras@brasileconomico.com.br
Brasília

Elaborada em ano eleitoral, a proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2015, enviada ontem pelo governo federal ao Congresso, traça um cenário bastante otimista para 2015. Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 3% (a mesma previsão incluída na Lei de Diretrizes Orçamentárias, enviada em abril e bem acima das previsões do mercado, de 1,2%), e uma previsão de inflação de 5%, enquanto instituições financeiras projetam, em média, 6,28%.

No caso das contas da Previdência Social, o governo prevê um déficit equivalente a 0,8% do PIB (R\$ R\$ 43,7 bilhões) em 2015, igual à projeção deste ano e inferior ao déficit de 1% registrado em 2013. “No próximo ano, a equação será: menos inflação, mais crescimento, portanto mais aumento da arrecadação, mais crédito. Faremos um controle de despesa e com isso teremos um (superávit) primário maior”, declarou o ministro da Fazenda, Guido Mantega. Segundo ele, a realização de um superávit de pelo menos 2% do PIB pelo setor público “deve ajudar a criar as condições para que o BC faça uma política monetária mais expansionista”.

Ao explicar as previsões, Mantega, afirmou que trabalha com a

Aposta positiva para 2015

Governo vê um cenário bem melhor para a economia no ano que vem e faz previsões mais otimistas que as projeções do mercado para inflação, PIB e superávit primário

“

No próximo ano, a equação será: menos inflação, mais crescimento, portanto mais aumento da arrecadação, mais crédito”

Guido Mantega
Ministro da Fazenda

recuperação da economia internacional — que alavancará a economia brasileira — e um cenário de política monetária menos restritiva. Ele ressaltou, no entanto, que as previsões poderão ser revista no final deste ano ou nos primeiros meses de 2015. Segundo o ministro, o governo está trabalhando com estimativas com grande antecedência. “Isso é agravado pelo fato de que estamos de período de incertezas da economia mundial e brasileira”, disse. Assim, ele próprio reconheceu que a inflação poderá ficar “um pouco acima” dos 5% previstos.

Durante a apresentação do projeto, Mantega admitiu que será “difícil” cumprir a meta de supe-

rávit primário deste ano, equivalente a 1,9% do PIB para o setor público como um todo. “É verdade que é difícil fazer 1,9% do PIB, nós temos que fazer um grande esforço, fizemos um corte no início do ano, temos receitas extraordinárias no segundo semestre e vamos continuar batalhando para fazer o maior superávit possível.”, disse ele. O ministro também sinalizou que, em agosto, a arrecadação do governo com o parcelamento de débitos tributários será menor do que o previsto pela Receita Federal. Segundo ele, a equipe do Fisco fez uma projeção “inadequada”: “Eu avisei à Receita que não era isso”, disse Mantega. A previsão da área técnica da Receita era de um

ingresso de R\$ 13 bilhões com o Refis em agosto. A frustração da receita de R\$ 13 bilhões deixará mais difícil o cumprimento da meta trimestral de superávit primário pelo governo central.

O governo também elevou para R\$ 788,06 a previsão do valor do salário mínimo a vigorar em 2015, acima dos R\$ 779,79 projetados na LDO. Em relação ao mínimo em vigor neste ano (R\$ 724,00), o aumento é de 8,8%. A mudança é resultado da revisão para cima, feita pelo IBGE, do crescimento do PIB em 2013 e de uma estimativa maior para a inflação de 2014. As premissas para correção do salário mínimo são a variação do PIB de dois anos antes e do



PARÂMETROS MACROECONÔMICOS PARA 2015

Previsões do governo 2014 2015

RECEITAS DA PREVIDÊNCIA

R\$ 346,8 bilhões

R\$ 392,6 bilhões

DESPESAS COM PESSOAL

4,2% do PIB

4,1% do PIB

DÍVIDA BRUTA DO SETOR PÚBLICO

57,7% do PIB

56,4% do PIB

DESPESAS DA PREVIDÊNCIA

R\$ 386,9 bilhões

R\$ 436,3 bilhões

JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA

5% do PIB

4,6% do PIB

DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO

33,6% do PIB

32,9% do PIB

DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA

0,8% do PIB

0,8% do PIB

PIB em 2015

Governo

3%

Boletim Focus
1,2%

R\$ 5,7
trilhões

IPCA em 2015

Governo

5%

Boletim Focus
6,28%

Salário mínimo

Governo

R\$ 788,06
(+8,8%)

Previsto na LDO

R\$ 779,79

*Previsões assumindo um superávit primário de 2% do PIB em 2015

Fontes: Ministérios da Fazenda, Planejamento e Banco Central

Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano anterior.

O superávit primário foi mantido em R\$ 114,7 bilhões, equivalente a 2% do PIB, com a possibilidade de abatimento de R\$ 28,7 bilhões em gastos com investimentos, também repetindo o projeto da LDO. A dívida líquida do setor público, de acordo com as projeções do governo, encerrará o próximo ano em 32,9% do PIB.

Para os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), foram reservados R\$ 65 bilhões, incluindo os gastos com o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida. O valor é apenas R\$ 1,7 bilhão maior que a previsão embutida no projeto de lei de 2015, representando, na prática, uma queda real (descontada a inflação). A ministra do Planejamento, Miriam Belchior, explicou que o PAC entrará em um novo ciclo no próximo ano, e muitas obras estarão ainda em fase de planejamento ou execução inicial.

As chamadas despesas discricionárias cujo destino o governo pode escolher e de onde saem as emendas parlamentares, registraram um aumento de 12% em relação ao orçamento atual, já cortado em R\$ 45 bilhões. Foram reservados R\$ 294 bilhões para esse tipo de gasto. Os ministérios que terão o maior aumento na previsão de despesas para 2015 são: Saúde, Educação e Cidades.

O valor do salário mínimo previsto para 2015 é de R\$ 788,06, acima dos R\$ 779,79 projetados na LDO. Em relação ao mínimo de 2014 (R\$ 724,00), o aumento é de 8,8%

Mantega abre fogo contra gestão de Armínio no BC

Ao responder sobre as críticas que a política econômica vem recebendo de adversários da presidenta Dilma Rouseff na disputa pela Presidência da República, o ministro Guido Mantega entrou firme no debate eleitoral. Disse que "preocupa muito" a política monetária que pode ser feita por um governo da oposição. "Estão falando em política monetária que vai combater a inflação de uma forma radical etc. E nós poderemos voltar aos juros estratosféricos que tínhamos no passado, onde só o setor financeiro levava vantagem e a produção era prejudicada", declarou o ministro. As declarações de Mantega vieram logo após reuniões nos últimos dias da cúpula da campanha de Dilma, que decidiram que os ministérios deveriam defender o governo com mais energia.

"Eu me preocupo, se estão criticando tudo isso, é porque vão fazer tudo ao contrário: vão valorizar o câmbio para combater a inflação; subir a taxa de juro fortemente, para combater a inflação. Até poderão ser bem sucedidos, só que vão criar recessão, desemprego e a população vai regredir", previu o ministro, acrescentando que os avanços na renda e na condição social correriam o risco de serem revertidos. "Isso é muito perigoso, espero que não tenham isso na cabeça, mas é melhor que deixem claro à população", alfinetou.

Sem citar o nome de Marina Silva (PSB), Mantega defendeu o governo das críticas feitas por ela ainda no início da campanha, antes da morte de Eduardo Campos, de que o governo Dilma teria abandonado o tripé que daria solidez à política econômica (câmbio flutuante, metas para a inflação e responsabilidade fiscal). Na resposta, o ministro deu uma cutucada velada no ex-presidente do Banco Central e eventual ministro da Fazenda do candidato tucano Aécio Neves, caso ele seja eleito. "Nós cumprimos, sim, o tripé. E mais do que outros. Porque (um dos elementos) é cumprir a política de metas para a inflação. Cumprimos mais que o governo que nos antecedeu. Tem um candidato aí com um presidente do Banco Central que não cumpriu as metas de inflação, entregou uma inflação maior do que nós entregamos".

O ministro criticou também os gestores econômicos anteriores a Arminio Fraga, também no governo FHC, quando prevaleceu uma política de valorização do real em relação ao dólar, contribuindo para baixar a inflação rapidamente, no primeiro ano do Plano Real. "Muita gente usou a valorização cambial como âncora para baixar a inflação. Isso, eu chamaria de populismo cambial. Nós não fizemos populismo cambial, cumprimos o câmbio flutuante. No passado, não cumprimos. Pelo contrário, engessaram o câmbio por quatro anos e tiveram uma crise em 1999. E os personagens são os mesmos", retrucou.